



## **LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO**

### **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 26 dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às 9:30 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, por videoconferência. Participaram os senhores José Roberto de Moraes, Presidente do Conselho, Ana Paula Garcia Romero, César Silva, José Francisco Dutra da Silva, Manuelito Pereira Magalhães Júnior, Alfredo Sant'Anna Júnior, Elaine Versignasi dos Santos, Fernando Zanelli e Luiz Antonio Tozi. Pela Diretoria Executiva, Carlos Henrique Flory, Diretor-Presidente, Flávia Nazaré de Souza Barletta, Patrícia Sales de Oliveira Costa, Karina Damião Hirano e Karina Marçon Spechoto Leite, Diretoras. Também participaram Roberto Pitaguari Germanos, Angelita de Almeida Oliveira e Joseane da Silva Prado. Como convidados, para participarem em momentos específicos, os Sres. Everaldo Guedes de Azevedo França e Rafael Sampaio, representantes da Consultoria PPS Portfólio Performance Ltda., Alberto Conde e Patrícia Spengler, representantes da Conde Consultoria Ltda. Na abertura da reunião o Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos. Na sequência, submeteu a aprovação a ata da 103ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade. Seguindo, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Sr. Everaldo para apresentação do Estudo de Fronteira Eficiente que embasará as Políticas de Investimentos para 2021. Iniciou comentando que houve a necessidade de promover uma revisão da metodologia até então utilizada, para adequação à nova realidade do mercado, já que não foi possível buscar nos dados históricos, uma fundamentação básica de cenários para a composição para projeção de curto, médio e longo prazo tendo em vista a grande volatilidade dos mercados no ano de 2020. Utilizou-se a composição do relatório focus e em termo de indicativos históricos, informou que valores centrais precisaram ser redefinidos, ignorando-se os resultados do primeiro semestre de 2020, evitando-se contaminação nos estudos de Fronteira Eficiente. Passou a descrever detalhadamente as premissas atuariais e ativos líquidos, que consistem na



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO

### ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA

avaliação e simulação de cenários para a economia e mercados de capitais, simulação de cenários para os ativos e passivos, otimização de riscos e retornos possíveis, análise dos resultados de fronteira eficiente e de riscos e das decisões estratégicas. Demonstrou a construção matemática dos cenários e o retorno esperado para cada nível de risco. Ainda, detalhando o cenário econômico e as projeções para os próximos 5 anos, com base nos dados do Banco Central – cenário Focus, lembrou que a Fundação tem uma concentração de suas aplicações no Fundo Bela Cintra, em NTN-B, onde cerca de 30% desta carteira tem vencimento em 2022 e 2023, marcadas na curva, a cupons bem superiores a IPCA+4% aa e lembrou que atualmente, recursos futuros certamente serão aplicados em fundos com rentabilidades inferiores, devido a baixa de juros reais global, situação já considerada no estudo de fronteira eficiente. Em continuidade, passou a apresentar soluções com base nos modelos de retorno médio e risco esperado, rodadas separadamente para os planos RP, RG, RG-UNIS, RO e MULTI e outros Planos. Pelos estudos apresentados, sugeriu, para os planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG-UNIS a solução 6, entendendo ser a que mais se aproxima do retorno e risco atual, que apresenta uma concentração de 61,7% em renda fixa, 6,8% em renda variável, 17,5% em investimentos estruturados, 9% em investimentos no exterior e 5% em investimentos imobiliários. Para os Planos PREVCOM RO e PREVCOM MULTI, sugeriu a solução 5 e, para os outros Planos, a solução 4, onde a arrecadação ainda é embrionária tendo ciência de que esta escolha está abaixo da meta de IPCA+4%aa e, a solução 1 para o Plano de Gestão Administrativa PGA. Concluída a apresentação, o Presidente do Conselho agradeceu o sr. Everaldo pela apresentação. Solicitando a palavra, o Diretor-Presidente fazendo comentários adicionais, disse que a proposta pela solução 6, para os planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, de comum acordo do Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva, é a que apresenta maior diversificação de ativos. Colocada em discussão e após manifestações dos



## **LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO**

### **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Conselheiros, o colegiado, aprovou, por unanimidade, a solução 6, como parâmetro para as Políticas de Investimentos dos Planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS. Em continuidade foram discutidas as propostas das soluções 5 para os Planos PREVCOM RO e PREVCOM MULTI, solução 4 para outros Planos e, em função da necessidade de liquidez dos recursos, foi sugerida a solução 1 para o Plano de Gestão Administrativa PGA. Após as discussões e respondidos os questionamentos, o Conselho, com base nas soluções apresentadas, por unanimidade, manifestou-se pela aprovação das Políticas de Investimentos para 2021, dos Planos PREVCOM RP, PREVCOM RG, PREVCOM RG-UNIS, PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, “outros Planos” e Plano de Gestão Administrativa PGA. A diretora de Investimentos, Flavia Barletta, ressaltou, para ciência do conselho que a solução escolhida para “outros planos” e “Planos novos” teriam sua vigência já a partir de 2020 para os planos recentemente conveniados, como SP Previdência da cidade de São Paulo, PREVCOM MT e PREVCOM MS. Seguindo, o Presidente convidou o sr. Alberto para a apresentação dos Planos de Custeio para 2021. Iniciou apresentando o Parecer Atuarial dos Planos de Custeio dos Planos PREVCOM RP, PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS, detalhando as bases técnicas, idades alcançadas, estatísticas de participantes ativos e de assistidos, reservas matemáticas e fundos, situação, composição e contribuição dos Planos e proposta de Plano de Custeio para 2021. Seguindo apresentou as propostas para os Planos PREVCOM RO, PREVCOM MULTI, SP Previdência e PREVCOM MS. Finalizada a apresentação o Presidente do Conselho agradeceu ao Sr. Alberto pela participação. Após discussão o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, os planos de custeio dos planos de benefícios para o exercício de 2021, mantendo-se o percentual aplicado no exercício em 2020 para as taxas de administração e de carregamento de cada um dos planos de benefícios: i) planos de benefícios PREVCOM RG, PREVCOM RG UNIS e PREVCOM RP: 1% de taxa de administração, sem aplicação de taxa de carregamento; ii) plano de benefícios



## **LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO**

### **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

SP Previdência: 1% de taxa de administração e 5% de taxa de carregamento; e iii) planos de benefícios PREVCOM RO, PREVCOM MULTI e PREVCOM MS: 1% de taxa de administração e 4% de taxa de carregamento. Seguindo, convidou o Diretor-Presidente para reapresentar a proposta orçamentária com os ajustes propostos pelo colegiado na reunião realizada em outubro, considerando o valor referente a despesas com investimentos na área de tecnologia, possibilitando a Fundação adquirir condições de suporte técnico para absorver novos Planos. Por fim, lembrou que a proposta em análise, já foi encaminhada aos Conselheiros. Após discussão e análise pelo colegiado, a proposta orçamentária para 2021, foi aprovada na forma apresentada, por todos. Dando seguimento, o Presidente passou a palavra a Diretora Administrativa Sra. Karina Hirano, que iniciou apresentando o trabalho realizado na negociação do contrato de locação da sede da Fundação. Detalhou o comparativo de valores do contrato vigente e o novo aditivo firmado ajustando prazo, valores e redução de 5 andares e do 1º subsolo, onde ficaram caracterizados a redução dos valores de locação de R\$ 279 mil para R\$179 mil nos primeiros 12 meses e para R\$ 125 mil para os 32 meses restantes. Ainda, ficou acordado que os 5 andares e o 1º subsolo serão devolvidos sem que sejam feitas as reformas necessárias, permanência no condomínio nos próximos 12 meses e redução do prazo de notificação prévia para rescisão contratual de 12 para 3 meses. Também comentou sobre a revisão dos contratos vigentes de prestadores de serviços, buscando redução dessas despesas. Complementou dizendo e que está sendo formalizado novo contrato de locação nas condições propostas. Na sequência o assessor jurídico Roberto passou a explanação dos aspectos jurídicos do projeto de Home Office, destacando as premissas do Home Office X Tele Trabalho, maior conveniência para a Fundação e satisfação dos colaboradores com melhor aproveitamento de tempo e recursos. Ainda, esse novo sistema deverá ser implementado e pacificado pelos tribunais. Para a operacionalização, merecem destaques a política e aditivo contratual e ajuda de custo. Dentro da política seriam



## **LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO DELIBERATIVO**

### **ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

contemplados todos os colaboradores cuja função seja compatível com o trabalho em Home Office, mediante adesão à política e aditivo contratual, podendo ser revertido à critério da Fundação. As Diretorias estabelecem as rotinas de cada colaborador de acordo com as necessidades da área. O colaborador pode ser chamado a comparecer na sede no dia seguinte. O local de trabalho deve ser adequado, a frequência de jornada será registrada mediante ferramenta tecnológica e o horário de trabalho sempre entre 8h00 e 19h00. As horas extra deverão ser sempre autorizadas. Quanto a ajuda de custo, o conceito é de indenização da infraestrutura dos colaboradores quanto a despesas de luz, água, internet fixa e telefonia. Colocada em discussão, a proposta teve ressalvas pelo Presidente do Conselho por entender que o assunto merece ser amplamente discutido e ponderados os aspectos de economia e expectativas do Governo do Estado, já que o assunto deverá ser submetido ao CODEC. O conselheiro Manuelito se manifestou contrário com a proposta do Home Office na forma proposta, dizendo entender que a manifestação deveria partir do colaborador e a formalização, após a concordância da Fundação. Quanto a proposta de ajuda de custo, discorda totalmente por entender que o maior ganho do colaborador é a qualidade de vida por não necessitar de deslocamentos no dia a dia e, ainda, porque a adoção dessa medida de ajuda de custo se mostra contrária à política atual adotada pelo Estado. O Conselheiro José Francisco entende que o assunto por ser uma situação nova, precisa ser melhor entendido, discutido e avaliado. Achou o estudo bastante consistente e bem fundamentado e sugere que se faça uma pesquisa para saber como outras Fundações estão atuando em situação idêntica. Em princípio se manifesta favorável ao pagamento dessa ajuda de custo por entender que tanto a Fundação quanto os colaboradores terão benefícios com essa medida. O Presidente do Conselho propôs que o assunto retorne para discussão na próxima reunião, proposta acolhida por todos. O Conselheiro Manuelito solicitou que, doravante, na elaboração das pautas, seja considerado o tempo estimado para cada assunto, evitando-se reuniões

**LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS  
DO CONSELHO DELIBERATIVO****ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

extensas com perda de qualidade. Por fim, solicitou ainda que seja enviado aos Conselheiros todo o material apresentado na reunião. O Diretor-Presidente propôs que o relatório mensal dos investimentos seja apresentado na próxima reunião, acolhido por todos. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho encerrou a reunião e eu, Cesar Gnoatto, secretário da reunião, lavrei e subscrevo esta ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

José Roberto de Moraes  
Presidente do Conselho

Ana Paula Garcia Romero  
Conselheira

César Silva  
Conselheiro

José Francisco Dutra da Silva  
Conselheiro

Manuelito Pereira Magalhães Júnior  
Conselheiro

Cesar Gnoatto  
Secretário

